



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE
GABINETE DO PREFEITO

"APROVADO" em 2º turno

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001, DE 2026.

na Sessão Ordinária, do dia
29/08/2026 por unanimidade
dos presentes

Diamante (PB), 29/08/2026

Lucivaldo Romário Araújo
Presidente

"APROVADO" em 1º turno

na Sessão Ordinária, do dia

08/08/2026 por unanimidade dos
presentes

Diamante (PB), 08/08/2026

Lucivaldo Romário Araújo
Presidente

Estabelece regras do Regime Próprio de
Previdência Social do Município de Diamante de
acordo com a Emenda Constitucional nº 103, de
2019.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE, ESTADO DA
PARAÍBA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Lei Orgânica Municipal,

FAÇO SABER que encaminhamos a Câmara Municipal de Diamante-PB, a seguinte
Emenda à Lei Orgânica para apreciação, aprovação e promulgação:

Art. 1º Os servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social -
RPPS do Município – IPMD serão aposentados com as idades mínimas previstas para os
servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social da União no inciso III do
§ 1º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 103,
de 12 de novembro de 2019, observada a redução de idade mínima para os ocupantes de
cargo de professor de que trata o § 5º do art. 40 da Constituição Federal e os demais
requisitos e critérios estabelecidos nesta Emenda à Lei Orgânica.

Art. 2º Até que entrem em vigor leis municipais que disciplinem os benefícios
do IPMD conforme incisos I e III do § 1º e §§ 4º-A, 4º-C e 5º do art. 40 da Constituição
Federal, os servidores serão aposentados nos termos dos seguintes dispositivos da Emenda
Constitucional nº 103, de 2019:

I - incisos I e II do § 1º, incisos II e III do § 2º e §§ 3º e 4º do art. 10; ou

II - **caput** do art. 22.

Art. 3º Na concessão de pensão por morte a dependente de segurado do IPMD
falecido a partir da data de vigência desta Emenda à Lei Orgânica, será obedecido o
disposto no **caput** e nos §§ 1º a 6º do art. 23 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019,
até que entre em vigor a lei municipal prevista no § 7º do art. 40 da Constituição Federal.

[Digite aqui]

Art. 4º Até que entre em vigor a lei municipal prevista nos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, que disponha a respeito do cálculo e do reajustamento dos benefícios de que tratam os arts. 2º e 3º desta Emenda à Lei Orgânica, será aplicado o disposto no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

Art. 5º Assegurado o direito de opção pelas regras previstas no art. 2º, o servidor que tiver ingressado em cargo efetivo no Município antes da data de vigência desta Emenda à Lei Orgânica, poderá aposentar-se nos termos dos seguintes dispositivos da Emenda Constitucional nº 103, de 2019:

- I - **caput** e §§ 1º a 8º do art. 4º;
- II - **caput** e §§ 1º a 3º do art. 20; ou
- III - **caput** e §§ 1º e 2º do art. 21.

Art. 6º A concessão de aposentadoria ao servidor municipal amparado no IPMD e de pensão por morte aos respectivos dependentes será assegurada, a qualquer tempo, desde que tenham sido cumpridos os requisitos para obtenção destes benefícios antes da data de vigência desta Emenda à Lei Orgânica, observados os critérios da legislação vigente na data em que foram atendidos os requisitos para a concessão da aposentadoria ou da pensão por morte.

§ 1º Os proventos de aposentadoria a serem concedidos ao servidor a que se refere o **caput** e as pensões por morte devidas aos seus dependentes serão calculados e reajustados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão destes benefícios.

§ 2º É assegurado o direito ao recebimento do benefício de aposentadoria mais favorável ao servidor municipal, desde que tenham sido implementados todos os requisitos para sua concessão, ou de pensão aos seus dependentes, calculada com base na aposentadoria voluntária que seria devida se estivesse aposentado à data do óbito.

Art. 7º Até que entre em vigor a lei municipal de que trata o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória, o servidor municipal amparado no RPPS que optar por permanecer em atividade e que tenha cumprido, ou cumprir, os requisitos para aposentadoria voluntária estabelecidas nos seguintes dispositivos:

I - alínea “a” do inciso III do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, na redação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, antes da data de vigência desta Emenda à Lei Orgânica;

II - art. 2º, § 1º do art. 3º ou art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, ou art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, antes da data de vigência desta Emenda à Lei Orgânica;

III - arts. 4º, 10, 20, 21 e 22 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

Art. 8º - Por meio de lei, o Município poderá instituir contribuição extraordinária para custeio do RPPS nos termos dos §§ 1º-B e 1º-C do art. 149 da

Constituição Federal, observado o disposto no inciso X do § 22 do art. 40 da Constituição Federal e no § 8º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

Art. 9º. O Poder Executivo disciplinará o disposto nesta Emenda à Lei Orgânica, para seu fiel cumprimento.

Art. 10. Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data da sua publicação retroagindo seus efeitos para 06 de agosto de 2026.


HERMES MANGUEIRA DINIZ FILHO

Prefeito Constitucional